

PRÁTICAS DE LETRAMENTO E PROTAGONISMO SOCIAL POR SUJEITOS SURDOS

Prof^a Ms. Josiane Junia Facundo (UEL)

Resumo:

A história da educação de surdos é marcada pela predominância das práticas de oralização e decodificação da fala por meio da leitura labial. Nesse contexto a escrita ficava em segundo plano, sendo a fala concebida como a forma essencial de inserção social dos alunos surdos. Com o fim da proposta oralista e valorização das línguas de sinais, novas abordagens ganham espaço, sobretudo a abordagem bilíngue. Considera-se que a língua de sinais deve ser a primeira língua dos surdos e a língua portuguesa a segunda. Enfatiza-se, contudo, o ensino da modalidade escrita da LP, tendo em vista as necessidades de Letramento de sujeitos surdos. Sendo assim, a aquisição da escrita por esses sujeitos representa muito mais do que uma forma alternativa de comunicação com as pessoas ouvintes. A modalidade escrita da língua portuguesa faz parte do projeto bilíngue para os alunos surdos, visto que estão imersos em um contexto em que a escrita não pode ser ignorada enquanto mediadora entre o sujeito e o conhecimento. Os estudos no campo do ensino de LP para alunos surdos têm encontrado nas teorias de Letramento um norte para as práticas pedagógicas em LP com esses alunos. É principalmente por meio de práticas de Letramento em LP que os surdos acessam a cultura letrada e por meio das quais desenvolvem seu protagonismo social. Portanto, este trabalho pretende discutir as práticas de Letramento em língua portuguesa vivenciadas por pessoas surdas. As discussões estão baseadas em dados bibliográficos, resultantes de pesquisas de campo, bem como discussões teóricas mais gerais a respeito das práticas de Letramento.

Palavras-chave: Surdos. Letramento. Protagonismo social

1 Introdução

Os estudos acerca do letramento de pessoas surdas têm sido cada vez mais explorados no campo da educação e da linguística. Ao lado dos intensos debates sobre a educação bilíngue, que se acirraram a partir da década de 1990 no Brasil, o letramento é uma temática que não se esgota, tendo em vista que as dificuldades enfrentadas por alunos surdos universitários, profissionais da educação bem como estudantes de Ensino Médio ou Técnico profissionalizante estão mais evidentes no que se refere ao domínio do código escrito.

Na medida em que a inclusão de pessoas surdas em escolas comuns do ensino regular se torna efetiva, traz à tona sua singularidade linguística, pouco compreendida pela sociedade.

Embora as produções científicas acerca do bilinguismo sejam extensas e as questões do Letramento tenham sido mais debatidas nos últimos anos, pouco se tem feito na prática para garantir que as pessoas surdas apropriem-se de fato do código escrito a fim de modificar sua posição social, tornando-se protagonistas de sua própria história.

Contudo, estando imersas em um contexto em que a escrita se coloca como principal veículo de informação, as pessoas surdas veem-se diante da necessidade de se apropriarem desse código. Sendo assim, os surdos adquirem e utilizam a língua portuguesa de diferentes formas e nas mais diversas situações em seu dia-a-dia, nas interações com o mundo da escrita.

No entanto, reconhece-se o papel da língua portuguesa como segunda língua (L2) para os surdos e a importância da língua de sinais como primeira língua(L1) bem como a necessidade de que se criem situações favoráveis à aquisição precoce da língua de sinais, Libras, no caso dos surdos brasileiros.

O domínio da L2 irá depender das experiências singulares, que se referem à idade de aquisição da L1, a forma como se dá o seu contato com a língua escrita, entre outras.

2 Políticas linguísticas e Letramento escolar de Surdos

Cabe um breve espaço às discussões acerca de políticas linguísticas que, no caso das pessoas surdas, envolve Português e Libras.

Em uma arena em que os discursos dicotômicos insistem em opor Libras *versus* língua portuguesa, surdos *versus* ouvintes, é necessário que se abra um espaço de negociação que possibilite a construção dos “entre - lugares” (Quadros e Campello, 2010, p.31)

Conhece-se que por questões históricas as línguas de sinais ocupam ainda hoje uma posição de desvantagem em relação às línguas orais.

Sacks (1998, p.33) ressalta que os ouvintes sempre negaram a eficácia da língua de sinais. Esse autor explica que algumas pessoas, “por mais bem-intencionadas que possam ser, consideram a língua de sinais como algo rudimentar, primitivo, pantomímico, confrangedor”.

Nos estudos lingüísticos, às vezes, a modalidade visual-espacial ainda passa despercebida quando se faz uma conceituação geral de língua, pois não se enquadra nas definições adotadas. Martelotta (2008, p.16) assinala que “o termo ‘língua’ é normalmente definido como um sistema de signos vocais, utilizado como meio de comunicação entre os membros de um grupo social ou de uma comunidade lingüística.”

As línguas de sinais passaram por muito tempo longe do foco científico por conta do Império Oralista (séc. XIX) e só ganharam expressão no final do século XX, principalmente após os estudos de Stokoe.

Com o reconhecimento da Língua de Sinais também reconheceu-se a condição bilíngue das pessoas surdas e a importância de desenvolver ações educacionais que possibilitem o acesso às duas línguas, especialmente no contexto escolar.

No caso das pessoas surdas, a língua portuguesa deve ser ensinada como segunda língua (L2), considerando que a língua de sinais é sua “língua natural” (Quadros e Karnopp, 2004).

O Decreto 5626, de 22 de dezembro, de 2005, em seu capítulo IV, artigo 15, estabelece que, tendo em vista a complementação curricular comum, “*o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental*” (BRASIL, 2005)

Todavia observa-se que na prática os alunos surdos têm aprendido a língua portuguesa numa perspectiva de ensino de língua materna. Em consonância com essa situação, verifica-se pelas matrizes curriculares dos cursos de Letras, em geral, que os profissionais são formados para ensinar a língua portuguesa como língua materna e não como segunda língua.

No que diz respeito às crianças surdas no Brasil, a grande maioria está integrada numa família de ouvintes, acarretando uma aquisição tardia da Libras. Sem condições de adquirir naturalmente a língua oral, que não entendem e não sendo entendidas pelas pessoas ouvintes, as crianças surdas chegam ao Ensino Fundamental sem terem adquirido a Libras, fundamental não só ao contato com os outros, mas também à aprendizagem da língua portuguesa na sua forma escrita.

Percebe-se, pois, a necessidade de criar as condições favoráveis à aquisição prioritária da Língua de Sinais, tanto mais que a aprendizagem da primeira língua – a da

comunicação para o acesso à escrita, que se configura como L2. A criança surda tem de tomar consciência da coexistência de duas línguas distintas, indispensáveis ao seu contato com o mundo.

Vale destacar que os surdos não são alfabetizados, considerando que o processo de apropriação da escrita alfabética não se dá por vias fonoaudiológicas.

Para Sánchez (apud FERNANDES, 2006) essa condição diferenciada dos surdos pode ser denominada de ‘leitores não alfabetizados’, ou seja, aprendem a ler e escrever o português mesmo sem conhecer seu sistema fonológico. São competentes em uma primeira língua não-alfabética (a língua de sinais) e dominam a forma escrita de outra língua alfabética (o português), sem conhecer os sons de suas grafias.

3 Pesquisas sobre Letramento na educação de surdos

Até finais da década de 80, tomando o contexto brasileiro, o que estava em pauta no que se refere à educação de surdos, era seu processo de oralização. A escrita da língua portuguesa estava em segundo plano, embora fizesse parte do projeto de “alfabetização” do aluno surdo.

Os estudos lingüísticos de Ferreira-Brito, nos anos 90, impulsionaram as discussões sobre o bilinguismo, especialmente no campo educacional. Sua obra “Integração Social e Educação de Surdos”, de 1993, foi amplamente divulgada. Nesta, a autora assevera que “Reconhecer a diferença entre surdo e ouvinte é encarar a realidade relativa ao surdo. É reconhecer que suas limitações, no que diz respeito ao seu desempenho na aquisição de uma língua oral [...] (FERREIRA-BRITO, 1993, p.45). Logo em seguida apresenta a abordagem bilíngue, propondo um Bilinguismo Diglósico para a educação de surdos, de modo que uma língua não deformasse a outra. Justifica a aquisição da L2 para os surdos como útil à comunicação com os ouvintes e à apreensão da informação escrita.

Desse período até os dias de hoje, o bilinguismo tem sido a principal temática das conferências em Educação de Surdos. Desde então, as pesquisas científicas no Brasil se direcionam à aquisição da escrita da língua portuguesa como L2, bem como aos processos dessa aquisição em si e nos usos da escrita pelas pessoas surdas nos diferentes contextos sociais.

A pesquisa de Souza, desenvolvida em 1985 (Souza, 1998) revelam o *status* que a língua escrita ocupava nas salas de aula das escolas de surdos num período de transição do sistema puramente oralista rumo à adoção de uma abordagem bilíngue. Seu texto descreve situações em que os professores encontravam grandes dificuldades de se comunicarem com os alunos surdos, tanto em Libras como na língua Portuguesa, no entanto a ênfase se dava à escrita em detrimento dos sinais. Relata que:

A impressão que às vezes me dava era de estar entrando num local “sagrado” destinado ao culto da palavra. Muitas palavras em todos os cantos. Palavras escritas, desenhadas, feitas em letras de fôrma ou manuscritas, produzidas com esmero ou às pressas[...] (SOUZA, 1998, p.21)

A pesquisa de Fernandes (1998) teve como finalidade encontrar aspectos comuns, em textos produzidos por alunos surdos, a fim de identificá-los como especificidades discursivas caracterizando, portanto, linguisticamente, tais produções.

Bernardino (1999), em seu trabalho, também analisa as produções escritas de surdos, ressaltando a lógica nessas produções que por serem permeadas pelas experiências em língua de sinais, cuja estrutura se diferencia da língua portuguesa, podem parecer absurdo.

Essas pesquisas realizadas na década de 90 buscaram identificar os usos da escrita por sujeitos surdos, a partir de suas produções normalmente realizadas no contexto escolar.

O conceito de Letramento e suas discussões, que veem se fortalecendo nos últimos anos, foi apropriado pelos pesquisadores da área da surdez. Alguns autores observam que o letramento tem se constituído como um “caminho possível para a apropriação do português como segunda língua, de forma significativa pelos estudantes surdos, pela incursão visual nas práticas de leitura e escrita” (FERNANDES, 2008, p. 14).

4 Letramento e protagonismo social do sujeito surdo

Por muito tempo, os esforços investidos na alfabetização de surdos seguiram o mesmo curso dos métodos adotados para as crianças ouvintes. Os resultados foram o

baixo rendimento e a evasão escolar. A procura pela continuidade dos estudos via EJA é prova concreta desse fato.

Considera-se que os surdos não podem ser alfabetizados como os ouvintes, mas podem apropriar-se de práticas sociais de leitura e escrita, mudando sua condição de mero espectador social para protagonista. Daí a ideia de Letramento para surdos, visto que “letramento é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e freqüente da leitura e da escrita, e que, ao tornar-se letrado, muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura” (Soares, 1998:36-37).

O protagonismo social é, para Fernández (1999), “la capacidad de actuación de los grupos sociales para superar sus problemas de pobreza” (1999, p. 3). Nesse sentido, pode-se inferir que a escrita seria uma ferramenta que auxiliaria as pessoas surdas a superarem sua condição de adversidade, os obstáculos que impedem sua atuação social de modo efetivo.

As políticas de inclusão social favorecem a participação das pessoas surdas em diferentes contextos, como profissionais de áreas distintas, estudantes, professores, entre outros papéis sociais que lhes são atribuídos. Ao assumir tais papéis, os sujeitos surdos se vêem diante da necessidade de dominar a escrita para se comunicarem com ouvintes não-falantes de Libras, para se manterem informados e para resolverem problemas do cotidiano em geral.

Além disso, os surdos, mesmo não-escolarizados ou com pouca escolarização têm feito uso da escrita nas redes sociais e no uso de outras tecnologias para se comunicarem. Buscam uma inclusão social e digital em que “interesses, ambientes e anseios são diferenciados e abrangentes”(CORRADI, 2007).

Conclusão

Pode-se considerar que o Letramento de pessoas surdas, embora seja mais discutido no âmbito escolar, ocorre por diferentes meios e motivações distintas.

A apropriação da escrita na constituição de papéis sociais pode contribuir positivamente com o protagonismo social dos sujeitos surdos, que passam a falar por si próprios e em prol da comunidade linguística à qual pertencem (representatividade).

Embora a aquisição da escrita por pessoas surdas favoreça sua participação social, é essencial que se reconheça o papel secundário que a LP exerce na vida das pessoas surdas, tendo em vista que sua aquisição pressupõe o domínio de uma língua de sinais.

Referências

- BERNARDINO, E. L. A. **A construção da referência por surdos na LIBRAS e no português escrito**: a lógica no absurdo. 1999. 318 f. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte. 1999.
- BRASIL. Decreto Federal n 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.
- CORRADI, J. A. M. **Ambientes informacionais digitais e usuários Surdos**: questões de acessibilidade. 2007. 214 f. Dissertação de Mestrado. UNESP, Marília. 2007.
- FERNANDES, S. **Surdez e linguagens**: É possível o diálogo entre as diferenças? 1998. 228 f. Dissertação de Mestrado. UFPR, Curitiba. 1998.
- FERNANDES, S. **Letramentos na educação bilíngüe para surdos**. In: Letramento. Referenciais em saúde e educação. São Paulo: Plexos, 2006.
- FERNANDES, Sueli. **Letramento na educação bilíngüe para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. In: Maria Célia Lima Fernandes; Maria João Marçalo; Guaraciaba Micheletti. (Org.). A língua portuguesa no mundo. São Paulo: FFLCH, 2008, p. 1-30.
- FERNÁNDEZ, F. V. **Televisión y Cultura del Protagonismo**. Disponível em http://www.academia.edu/1349070/TV_broadcasting_para_el_desarrollo. Acesso em outubro de 2014.
- FERREIRA BRITO, L. **Integração Social & Educação de Surdos**. Rio de Janeiro. Babel Editora. RJ, 1993.
- GUARINELLO, A.C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Editora Plexus, 2007.
- MARTELOTTA, M. E (Org.). Manual de lingüística. São Paulo: Contexto, 2008.
- QUADROS, Ronice Müller de ; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. 1ª. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004. 221 p.
- QUADROS, R; CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A constituição política, social e cultural da língua brasileira de sinais- Libras. In: VIEIRA-MACHADO, Lucylene Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. **Educação de Surdos**: Políticas, Línguas de Sinais, Comunidade e Cultura Surda. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- SACKS, Oliver. **Vendo vozes**. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1990.
- SÁNCHEZ, C. **Os surdos, a alfabetização e a leitura**: sugestões para a desmistificação do tema. Mimeo., 2002.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1991.

SOUZA, R. M. **Que palavra que te falta?** Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 1. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2008. v. 1. 118 p.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1988.

Autora

Josiane Junia FACUNDO, Prof^a. Ms.

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Josiane.almeida@yahoo.com.br